

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME DE CARVALHO KOERICH

GENEALOGIA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA E CONEXÕES COM A
ARQUEOLOGIA DE FOUCAULT

CURITIBA

2016

GUILHERME DE CARVALHO KOERICH

GENEALOGIA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA E CONEXÕES COM A
ARQUEOLOGIA DE FOUCAULT

Artigo apresentado como Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Iara Vigo de Lima

CURITIBA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

GUILHERME DE CARVALHO KOERICH

GENEALOGIA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA E CONEXÕES COM A ARQUEOLOGIA DE FOUCAULT

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof^a. Iara Vigo de Lima
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof. Igor Zanoni Carneiro Leão
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof. José Guilherme Silva Vieira
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 14 de junho de 2016

RESUMO

Este trabalho explora algumas condições estratégicas da emergência do liberalismo clássico na Economia Política. Para tal, este estudo privilegia a Genealogia da Economia Política de Foucault e faz também uma breve incursão pela sua Arqueologia, uma vez que elas oferecem uma abordagem única para a história das ideias, da razão e do discurso econômico. Foucault identificou a economia política como a primeira escola de pensamento a promover a separação entre as relações de poder, conhecimento e governo, alterando a razão governamental, no processo em que ele chama de nascimento da “biopolítica”. Tomando essa metodologia foucaultiana como referência, é possível entender como os principais economistas políticos clássicos britânicos promoveram mudanças na função do Estado. Entender este processo, dando ênfase também a itens discursivos das obras dos economistas, lança luz sobre a maneira como técnicas de poder são exercidas para a promoção do Estado liberal na modernidade.

Palavras-Chave: Economia Política Clássica; Liberalismo clássico; Genealogia do poder; Arqueologia do saber; Biopolítica.

JEL: A12, B12.

ABSTRACT

This paper explores some of the strategical conditions for the emergence of classical liberalism in political economy. For that, this study privileges Foucault's genealogy and archaeology of political economy, once they offer a unique approach to the history of economic ideas, reasoning and discourse. Foucault identified political economy as the first school of thought to promote the separation between power relations, knowledge and government, changing government reason in the process he called 'the birth of biopolitics'. Taking this Foucauldian methodology as reference, it is possible to understand how the main classical British political economists promoted a change in the roles of State. Understanding this process insofar as emphasis is placed on to the discursive items of economists' works, draws attention to the way that power techniques are performed to promote the liberal State in modernity.

Keywords: Classical Political Economy; Classical liberalism; Genealogy of power; Archaeology of knowledge; Biopolitics.

JEL: A12, B12

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A GENEALOGIA DO PODER DE FOUCAULT	9
3 A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA E SEU ENVOLVIMENTO COM O ESTADO E A POPULAÇÃO	13
3.1 LEITURA FOUCAULTIANA DE ADAM SMITH	14
3.2 THOMAS MALTHUS E A NOÇÃO DE BIOECONOMIA.....	17
3.3 DAVID RICARDO: POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS ECONÔMICAS E DELIMITAÇÕES NO DISCURSO	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar a interação estratégica entre a Economia Clássica e o processo de mudança das relações entre o Estado, a realidade econômica e a população, quando do surgimento das ideias e política liberais nos séculos XVIII e XIX. Para o filósofo Michel Foucault, o desenvolvimento intelectual associado a este movimento está enraizado no pensamento da escola clássica dos economistas políticos britânicos, sendo estes os principais responsáveis por estabelecer novas formas de poder que dominam as pessoas e sociedades em diferentes áreas, após a idade moderna.

Em vista disso, objetiva-se compreender como a economia política foi relevante para a racionalização das novas ideias liberais, e também para efetuar a consolidação dessa nova forma de poder, a qual Michel Foucault passou a chamar de “biopolítica”. Para tal, irá se utilizar os escritos de Foucault relacionados às ideias econômicas e procurará relacioná-los em uma análise crítica da história do pensamento econômico para entender como a economia política, centrada em autores específicos, foi capaz de remodelar as relações de poder e fazer emergir uma série de práticas biopolíticas.

O trabalho de Foucault abrangeu o pensamento econômico, juntamente a outras ciências humanas, para traçar uma genealogia do poder e compreender a sujeição dos indivíduos na idade moderna. A partir da percepção de que nesta era o poder não tem mais apenas um caráter punitivo, mas também produtivo, o poder disciplinar dá lugar a biopolítica. A biopolítica, segundo Foucault, é uma tecnologia de poder específica, nascida ao final do século XVIII, que visa controlar a questão biológica da população e dos seres humanos relacionados a sua riqueza, saúde e vida de modo geral. Isso acontece através de diferentes políticas públicas pautadas por ideais relacionados às relações produtivas, e, para tanto, Foucault inclui em sua análise a economia política para estabelecer a sua relação com esta tecnologia de poder (2008, p. 317).

A emergência do liberalismo econômico, para o autor, está profundamente ligada ao nascimento da biopolítica. À partir do fortalecimento dos ideais liberais propostos pelos economistas, o Estado passou a prestar especial atenção aos

indivíduos no sentido de buscar maneiras de controlar seus aspectos biológicos e de vida. Os economistas políticos clássicos britânicos demonstraram preocupação com o crescimento econômico e com a riqueza de uma nação e de sua população, à medida que questionam a centralização do Estado e seu papel fundamental, opondo-se à sua soberania e tamanho extenso em favor de menos intervenção em sua maneira de tratar a população.

Assim, na primeira seção este artigo introduz as ideias de Foucault relacionadas às relações de poder, demonstrando o método investigativo genealógico. Também, brevemente, faz uma incursão por sua fase intelectual anterior – a arqueologia – para relacionar suas características com a releitura dos clássicos dos economistas políticos britânicos que serão revisados: Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo. Na segunda seção, é apresentada uma revisão literária crítica focada nestes autores, buscando estabelecer uma crítica à linha de pensamento incitada por eles, e identificando elementos apontados na obra de Foucault relevantes para a relação entre Estado, população e economia. Trata-se de uma genealogia da economia política, à procura das condições de possibilidade que permitiram o seu surgimento. Em seguida, também se busca identificar elementos do discurso dos economistas que podem se relacionar a suas ideias e influências sobre o liberalismo e a arte liberal de governar. Finalmente, a última seção retoma as considerações finais do trabalho.

2 A GENEALOGIA DO PODER DE FOUCAULT

A investigação intelectual feita por Michel Foucault abrange diversas áreas das ciências sociais, humanas e médicas. Dentre elas, temas comumente abordados pelo autor envolvem a psiquiatria, a clínica médica, sexualidade, legislações, metodologia e filosofia da ciência, e economia. A obra de Foucault é verdadeiramente vasta, e, portanto, é separada em fases para seu devido aprofundamento teórico num dos temas centrais abordados que é a sujeição dos indivíduos na idade moderna.

A fase anterior à genealogia foucaultiana – sua primeira fase intelectual – é denominada de *Arqueologia do Saber*, conforme sua obra que leva o mesmo nome, e também em *As Palavras e as Coisas*. Nesta fase Foucault buscou compreender quais condições de possibilidade históricas permitiram que um determinado tipo de conhecimento se estabelecesse em um momento e lugar específico.

Segundo Lima (2010, p. 25-26), sobre a distinção metodológica das fases do projeto intelectual de Foucault, seu objetivo era estabelecer as condições que levam a emergência dos discursos, através das duas etapas: a arqueológica e a genealógica. Na arqueologia Foucault busca por uma série de relações históricas fundamentais que criariam determinada condição para criação de um discurso. Na genealogia, ele buscava por condições externas derivadas de relações sociais para formar tais discursos, focando nas relações de poder e do saber.

Durante todo o desenvolvimento intelectual da obra de Foucault, a genealogia está presente e ela é a tática que orienta a investigação arqueológica. Conforme ele explica em suas aulas de 1976, transcritas no livro *Em Defesa da Sociedade*, a arqueologia é um método específico para análises discursivas, enquanto que a genealogia verifica as práticas as quais, depois de descritos os itens discursivos, trazem à tona “saberes sujeitados que haviam sido deixados por eles” (FOUCAULT, 1999, p. 12). Numa perspectiva genealógica, Foucault usou o discurso do conhecimento, teoricamente tido como neutro, para analisar suas relações fundamentais entre saber e poder.

Embora a arqueologia foucaultiana não tenha tanta ênfase neste trabalho devido a delimitação necessária para se ater ao tema, para compreensão melhor da fase genealógica, cabe ressaltar aqui duas características da arqueologia que se

conectam com o tema abordado neste item. Primeiro temos que a arqueologia se refere a perspectiva do ser humano em relação ao mundo exterior, que fundamenta as conexões das coisas a partir de uma investigação que se empenhava em encontrar as condições de possibilidade “inconscientes” de certos eventos delimitados no tempo. Esta visão externa aos seres humanos da ordem das coisas, e esses períodos de tempo chamados de “episteme”, determinam como os objetos de estudo científico surgem, delineando uma busca apriorística do conhecimento pelo autor. Em segundo lugar está a ideia foucaultiana de mudanças dramáticas nos conhecimentos característicos de cada era. Além disso, a arqueologia foi usada por Foucault também para investigar a loucura, a clínica médica, e regimes punitivos e carcerários. Segundo Lima (2010, p. 35), “A arqueologia foi sua procura (a de Foucault) pelas “regras de formação”, que modelaram e limitaram o discurso”.

No método genealógico de Foucault fica claro que não se busca nesta fase uma origem para todas as coisas como poderia sugerir o nome, mas sim se procura entender fatos específicos no curso da história de demonstrar uma descontinuidade no discurso e nas relações de poder. Segundo Foucault (1996, p. 52-54) a Genealogia contém três características principais: 1) *descontinuidade*, com a ideia de que não há uma evolução no discurso ao longo do tempo, mas sim algo descontínuo; 2) *especificidade*, que significa que o surgimento de um discurso é algo específico de seu tempo e contexto; e 3) *exterioridade*, na qual itens de fora do discurso devem ser reconhecidos como condições de possibilidade e relações de poder fundamentais para o surgimento de um determinado assunto.

A história do conhecimento é um tema central na literatura de Foucault. Na segunda fase de seu desenvolvimento intelectual, ele permite uma abertura maior para seus estudos buscando entender também elementos não discursivos que permeiam seu objeto de estudo. Assim, na genealogia, Foucault busca se ater a história do saber com base nas relações de poder. Ele visa entender como o conhecimento gera o poder, e assim também gera formas de governo verdadeiras.

Para de fato buscar entender as relações de poder nesta perspectiva genealógica, após sua ampla discussão acadêmica sobre a loucura e a segurança nos hospitais, prisões, escolas (e seu paralelo social), Foucault enfatiza a ideia do poder produtivo, face ao poder punitivo. Na Genealogia do Poder, o poder é *produtivo*: ele permite que hajam relações de produtividade na vida dos seres humanos. Segundo ele, este tipo de poder produtivo surge entre os séculos XVIII e

XIX e influencia a vida do ser humano como um todo. Esta prática é nomeada de Biopoder (FOUCAULT, 2008, p. 01) e denota a execução de práticas de poder produtivo por parte do Estado. Esta inclusão da figura do estado na Genealogia do Poder é uma virada na discussão da obra de Foucault a qual demonstra uma visão menos individualizada do poder, e sua investigação passa a ter um aspecto mais macro na questão do sujeito.

É nesta época limitada por Foucault, então, que o discurso científico passa a tratar da *População*. A população se torna uma preocupação no âmbito social, político e econômico – logo os governos passam, neste momento histórico delimitado, a aplicar seu poder não mais de maneira individualizada, mas sobre o coletivo populacional, através de controles sobre a reprodução, habitação, expectativa de vida, e demais variáveis demográficas.

Sob essa ótica, Foucault executa uma análise da genealogia das maneiras de governar desde o mercantilismo até o neoliberalismo, para evidenciar a aplicação da dinâmica biopolítica e o enfoque na crescente preocupação com a gestão da população. A biopolítica está ligada às relações de poder existentes entre o Estado e o principal saber, que é a economia. Este que passa a ser em si uma forma de poder chave para o nascimento do capitalismo.

Ainda segundo Foucault (2015, p. 150), o alcance do biopoder aos corpos fica evidente de duas maneiras principais. A primeira delas, durante o século XVII, refere-se à mecanização dos movimentos humanos, à mudança na maneira como o ser humano passa a produzir – uma espécie de adestramento do ser humano como máquina. Outra maneira, proliferada durante o século XVIII, refere-se ao controle do ser humano como uma cobaia social, metendo-se em sua maneira de reprodução, nascimento, vida e morte, todos sujeitos a reguladores determinados. Ficará claro, a partir de delimitações no discurso dos Economistas Políticos Clássicos estudados mais adiante, que há uma possível correlação teórica entre tais regulações e o saber implicado pela escola econômica Clássica.

Tais técnicas biopolíticas emergentes em tal período histórico tinham seu funcionamento baseado numa série de conhecimentos que permitiram suas aplicações. Dentre eles está o levantamento estatístico das condições de vida da população e as políticas públicas executadas. Estas técnicas buscavam, por fim, uma noção também emergente de equilíbrio biológico e coletivo. Há uma diferença muito grande entre essa busca e a maneira como as medidas disciplinares eram

aplicadas em períodos anteriores: antes a punição e a exclusão individual eram práticas comuns para lidar com algo ou alguém considerado anormal ou prejudicial para as condições vigentes. Na biopolítica, no entanto, há o surgimento de *dispositivos de segurança* que utilizam a noção de liberdade para regular e modificar o coletivo.

Dispositivos de segurança são técnicas, conhecimentos, políticas, cálculos e estatísticas que visam uma normalização dos problemas encontrados durante um governo. Na era moderna estes dispositivos de segurança são típicos do discurso do saber da economia política, especialmente em seus âmbitos mais liberais. Diferentemente da força disciplinar, Foucault argumenta (2008, p. 16) que os dispositivos de segurança elevam o discurso liberal da economia política para além de seus domínios, sendo usado também na esfera política. A permissividade (ainda que controlada) arbitrada pela filosofia liberal se tratava, portanto, de uma forma de poder em forma de segurança da população em busca da normalização dos seres humanos.

Em luz da importância dada por Michel Foucault às ideias econômicas emergentes de autoria dos principais economistas políticos clássicos, se faz necessário revisar uma literatura ainda recente que contém elementos teóricos críticos para a ligação das principais ideias acerca da Biopolítica de Foucault a estes economistas, aqui focando exclusivamente em Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus. Nas aulas ministradas por Foucault no Collège de France, transcritas em *O Nascimento da Biopolítica*, evidencia-se um papel fundamental que a economia política clássica teve sobre o tema. E em luz de sua metodologia genealógica, Foucault afirma (2008, p. 44) que tais ideias não representam apenas uma delimitação arqueológica do discurso (ainda que seja de suma importância para a leitura foucaultiana de tais economistas, principalmente Ricardo), mas sim como verdadeiras práticas políticas estratégicas para a maneira como se produziram relações de poder nos Estados ao longo de seu momento histórico.

Para tal ligação, no capítulo seguinte será feita uma revisão dos economistas políticos clássicos e as ligações teórico-argumentativas ilustrando a genealogia da economia política clássica de Foucault.

3 A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA E SEU ENVOLVIMENTO COM O ESTADO E A POPULAÇÃO

Esta seção busca delinear as condições sociopolíticas e econômicas que permitiram o surgimento da escola econômica clássica e visa revisar como os seus principais autores – especificamente os britânicos Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo – fizeram suas leituras de tal contexto.

Em busca de uma investigação genealógica acerca do envolvimento entre a emergência da Economia e a das práticas biopolíticas, esta seção irá se concentrar em identificar – conforme explanado na seção anterior – a descontinuidade, especificidades e exterioridades que levam ao saber da economia política. Em suas aulas, Foucault citou em diversos momentos estes economistas e deu ênfase na maneira como os seus desenvolvimentos intelectuais afetaram as práticas de poder e a criação de dispositivos de segurança na virada do século XVIII para o XIX. Segundo ele, de maneira bem-sucedida, as ideias e críticas dos economistas políticos britânicos alteraram a maneira que o Estado passou a tratar a população neste período da história.

Nesse sentido, Foucault apresenta – mesmo que brevemente – o termo “bioeconomia” (2008, p. 100) para sintetizar as relações entre a economia política e as práticas governamentais para a população, principalmente quando elas passaram a serem feitas a partir de regras econômicas e fundamentadas em teorias defendidas pelos economistas, as quais serão mais elaboradas neste tópico. As seções abaixo têm como objetivo revisar a literatura da economia política clássica dos economistas escolhidos, associando-as a análise bioeconômica, e buscando enfatizar como se relaciona a dinâmica entre a *população*, o *Estado* e o *mercado*.

Cabe ressaltar que estes três conceitos, por sua vez, são itens estratégicos nos escritos de Smith, Malthus e Ricardo. As leituras feitas por estes economistas constituem as principais ideias – cabe ressaltar – do pensamento econômico liberal clássico, permeadas num contexto em que se inicia uma nova maneira de governo, que passa para uma arte liberal de governar. Em suma, esta nova maneira de execução de poder pelo Estado é oposta ao modo que era feito no sistema mercantil, ao qual Smith tece críticas devido a sua evidente ineficiência administrativa e econômica. Em seguida, Malthus e Ricardo, influenciados por

Smith, discutem problemas econômicos seguidos por questões biológicas da população.

Os tópicos a seguir, portanto, irão se aprofundar nos autores e em seus temas, evocando o referencial foucaultiano para a análise.

3.1 LEITURA FOUCAULTIANA DE ADAM SMITH

O surgimento da economia política é atribuído à crise do sistema mercantilista, que passou a receber duras críticas de intelectuais ao final do século XVIII. A crítica Smithiana do mercantilismo foi retratada por historiadores do pensamento econômico (VINER, 1991) e visava refutar noções de valor e riqueza na lógica mercantilista. Mas independentemente do debate que é feito sobre o mercantilismo e seus elementos econômicos, a crítica da economia política ao mercantilismo pode ser analisada a partir das estruturas de poder prevalentes no mercantilismo, que vieram a incomodar Adam Smith. Para ele, dentre outras inúmeras críticas, a centralização das relações comerciais de exportação e importação no Estado, além da concentração de riquezas e sua suntuosidade e opulência, não respeitariam as forças econômicas naturais, e impediam o crescimento econômico – principal interesse em comum dos economistas clássicos.

A mudança da doutrina mercantilista para a fisiocracia, doutrina seguinte na linha do tempo da história do pensamento econômico, ocorre em meio a uma crise devido ao crescimento populacional, e consequente dificuldade da população em manter sua subsistência (MOKYR, 2009, p. 05). Os fisiocratas também influenciaram diretamente os economistas clássicos quando, na metade do século XVIII, abandonaram ideia mercantilistas e passaram a discutir com uma noção de ordem natural das forças econômicas e a tratar da população de forma endógena. A fisiocracia tem noções de um governo da economia, em sua Razão de Estado (*Raison d'Etat*), e demonstra um caminho à economia política clássica ao tratar de análises estatísticas, incluir a agricultura nas análises econômicas e não somente o comércio, para gerar primeiras noções de oferta e demanda (BREWER, 2009, p. 85).

No entanto, a economia política clássica apresenta uma sofisticação frente à fisiocracia no que tange à noção de valor, produção e manufaturas, além de ser incisiva no papel de atuação do Estado e seus limites. A economia política, para Smith (1990, p. 531), é uma ciência a qual deve ser utilizada pelos políticos e legisladores a fim de melhorar os retornos sobre a produção para a população e aumentar sua riqueza, e também para custear melhor alguns serviços públicos básicos que ainda seriam cabíveis ao Estado. Na arte liberal de governar, a ciência econômica não está separada do Estado.

Quando Smith propõe o papel do Estado sobre a ordem econômica, ele visa combinar a liberdade natural, a individualidade e a justiça comum, além de filosoficamente defender o interesse próprio através dos sentimentos morais. Há partes em *A Riqueza das Nações* em que fica claro os limites que a economia política clássica define para o Estado dentro da lógica liberal a qual defendem:

Segundo o sistema da liberdade natural, ao soberano cabem apenas três deveres; três deveres, por certo, de grande relevância, mas simples e inteligíveis ao entendimento comum: primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade. (SMITH, 1996, p. 170).

Smith ainda indica que o Estado deve se ater a outras questões de ordem pública, relacionadas a limpeza, segurança pública e educação. Com relação a segurança pública, o Estado deveria garantir apenas o cumprimento rigoroso da lei, prevenindo crimes e promovendo a paz. No mesmo sentido, para a educação, ele defendia que a educação mais básica deveria ser garantida a toda a população, por se tratar de um bem público, de maneira inclusive mandatória (SMITH, p. 198).

Afora o papel do Estado atuando em complementariedade a economia liberal, Smith é o economista político clássico que primeiro se ateve a questão da produção. Segundo Foucault, na Idade Clássica “não há economia política, porque, na ordem do saber, a produção não existe” (FOUCAULT, 2007, p. 227). A genealogia da economia política deve considerar, portanto, como que a

racionalização da produção interfere nas relações de poder. De fato, para que haja um poder produtivo como é o biopoder, é necessário investigar de que maneira os economistas identificaram a produção como central para o sistema econômico vigente e seu desenvolvimento.

Em *A Riqueza das Nações* Smith inicia sua discussão exatamente pela prática da divisão do trabalho, defendendo que as nações mais desenvolvidas obtiveram tal êxito devido ao aumento da quantidade de trabalho, que era reflexo da divisão do trabalho da agricultura e na indústria. A divisão do trabalho gera aumento de trabalho e *produtividade* por acrescentar destreza ao trabalhador, ao passo que este se concentra em apenas uma função simples, assim diminuindo necessidade de instrução do trabalhador e melhorando o uso de seu tempo. Além disso, é notório que a divisão do trabalho gerou o surgimento das máquinas.

É pois naturalmente de esperar que um ou outro dos que se dedicam a cada tarefa específica depressa descubra métodos mais fáceis e rápidos de realizar o trabalho que lhe incumbe (...). Grande parte das máquinas usadas naquelas indústrias em que o trabalho está mais subdividido foram originariamente invenção de vulgares operários que, ocupando-se cada um deles de uma tarefa muito simples, naturalmente deram em congeminar formas mais fáceis e expeditas de as realizar (SMITH, 1996, p. 86, 87).

Segundo as ideias expostas neste trecho acima, a mecanização do trabalho – imposta pelo poder produtivo – foi que gerou a maquinização da produção, e não o contrário. Por fim, Smith deixa claro que a origem da divisão do trabalho não é fruto da sabedoria dos homens, mas sim do aumento das dimensões do *mercado*. Ela é consequência da natureza de propensão a troca (SMITH, 1996, p. 73).

A biopolítica, inserida numa realidade na qual os governos seguem uma arte liberal de governar, para Foucault, tem no mercado sua verdade: o Estado fundava seus princípios e sua razão não no crescimento de força, riqueza e seu próprio poder, mas na limitação do exercício do poder de governar com base nas regras do mercado. Segundo Foucault:

Em outras palavras, o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir – quando se vê, a partir deles, o que o governo faz, as medidas que ele toma, as regras que impõe – falsificar ou verificar a prática governamental. (...) Por conseguinte, o mercado é que vai fazer que um bom governo já não seja simplesmente um governo que funcione com base na justiça. O mercado é que vai fazer que o bom governo já não seja somente um governo justo. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base

na verdade. (...) O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade em relação à prática governamental. (FOUCAULT, 2008, P.45)

Seguindo a linha de raciocínio, a produção – conforme discutida acima – e a mecanização dos corpos dos homens para o trabalho, é reflexo do engrandecimento do mercado.

Por fim, a economia política clássica entende que há uma naturalidade característica da prática governamental que precisa ser preservada. Segundo Foucault “é uma lei da natureza, explicarão os economistas, a de que a população, por exemplo, se desloca para os salários mais elevados; é uma lei da natureza a de que uma tarifa aduaneira protetora dos altos preços dos meios de subsistência acarreta fatalmente algo como a escassez alimentar” (FOUCAULT, 2008, p. 22). Nesse sentido, pode-se dizer que é em razão disso Smith conceitua o “preço natural” que é dado a partir do equilíbrio de relações espontâneas entre oferta e demanda no mercado (SMITH, 1996, p. 129).

O liberalismo, favorável à redução do Estado a suas atribuições mínimas já definidas, é inscrito “numa sociedade em que é a troca que determina o verdadeiro valor das coisas” (FOUCAULT, 2008, p. 64). Finalmente, o que Foucault encontra no liberalismo de Smith – e na emergência da Economia Política – é “um mercado que representou o papel de um teste, de um espaço de experiência privilegiada onde se podem identificar os excessos de governamentabilidade e até mesmo medi-los (...)” (FOUCAULT, 2008, p. 435).

O tópico a seguir irá discutir as relações da política economia britânica clássica e a prática biopolítica juntamente à arte liberal de governar, centrada na figura de Thomas Malthus, mostrando a participação do liberalismo econômico nas políticas de controle populacional e de renda.

3.2 THOMAS MALTHUS E A NOÇÃO DE BIOECONOMIA

A análise econômica feita pela geração de economistas que vieram em seguida de Adam Smith, apesar de muito influenciada por ele, apresenta novas características. Dentre eles, principalmente o envolvimento das questões biológicas que passou a ser tratado no trabalho de Thomas Malthus, no qual o pensamento econômico passou a analisar intensamente a população e o surgimento de

consequências sociais em decorrência da evolução demográfica durante a Primeira Revolução Industrial.

Relacionada à economia e às mudanças sociais que estavam ocorrendo na época, a questão da população passou a ser uma preocupação para os economistas políticos. O contingente populacional durante a Revolução Industrial no século XVIII cresceu à medida que houve uma expansão da classe média no entorno da atividade proletária e sob a disciplina das indústrias e condicionadas a lógica de produção, que passou a existir neste contexto. Contextualizando o período, segundo Mokyr, (2009, p. 287-289), ao passo que a população passa por tais mudanças, durante a primeira parte do século, economicamente se teve um aumento nas exportações e avanços tecnológicos, o que reduziu preços e permitiu a criação de novos produtos. Isso foi acompanhado do surgimento de novas firmas, aumento no consumo, e no lado do trabalho houve a redução das jornadas e dos acidentes. Em seguida, na segunda metade do século, há uma expansão do sistema bancário e na estrutura e transporte.

Neste sentido, ao passo que em que há uma rigidez disciplinar industrial na classe proletária emergente, esta gerou certa submissão da classe média, fazendo-a perder sua individualidade como sujeito. Defende-se também que o mercado livre teve melhorias, principalmente no âmbito microeconômico, devido a fatores como a racionalização dos custos e a mobilidade dos fatores de produção, trouxeram melhorias ao mercado (MOKYR, 2009, p. 290).

Embora outros intelectuais tenham tratado sobre as questões populacionais antes de Malthus, ele foi o primeiro economista político a criar uma teoria para o crescimento populacional (BLAUG, 1998). Inicialmente, ele buscava desmistificar a visão otimista de Smith sobre a perfeição da sociedade e sua interação com o mercado, demonstrando que há sim imperfeições na natureza que fazem com que os alimentos iriam se tornar escassos a medida que a produção não cresceria tão rápido quando a população e sua necessidade de se alimentar (MALTHUS, 1996, p. 246).

Neste sentido, a retórica presente no discurso de Malthus passa por uma modificação clara em relação a de Smith. Malthus adota uma visão de mundo muito pessimista, completamente oposta a ideia harmoniosa de Smith. Para Malthus, a humanidade estava fadada a fome levada por este desequilíbrio.

A preocupação acerca da regularidade da população presente na obra de Malthus é creditada a sua própria força e movimentação: conforme Foucault, o tom de “naturalidade da população”, assim como Foucault conceitua, implicava em um dos pilares da nova forma de governar estabelecida com a arte liberal de governar emergente (FOUCAULT, 2008, p. 473). Esta visão da população a partir de uma perspectiva natural eclodiu no desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao controle demográfico, higiene pública e planejamento econômico voltado à produção.

Para Malthus a Europa havia tido uma população estacionária nos séculos anteriores não devido à falta de “paixão entre os sexos”, mas sim pelo modelo pastoral que era seguido anteriormente. Segundo o economista, portanto, as taxas baixas de crescimento da população até antes da Primeira Revolução Industrial eram fruto da dificuldade no sustento das famílias.

Tão logo a naturalidade da população passou a ser tratada inerentemente pela economia política e pelos pensadores econômicos, estes passaram a dar ênfase as relações entre o Estado, controle biológico da população e a economia. Assim, Malthus (seguido de Ricardo, vide próxima seção) passou a debater um conjunto de políticas econômicas, defendendo e racionalizando práticas por parte do Estado que seriam as indicadas tendo em vista a população.

Se o crescimento populacional estava ligado essencialmente à melhora das condições de sustento das famílias, e a política econômica caminhava juntamente à questão populacional, a renda dos trabalhadores deveria ser rediscutida para chegar a conclusões acerca da maneira em que se trataria a coletividade.

Malthus (1996, p. 59) considerava que o salário de forma geral está sujeito a flutuações de oferta e demanda, sendo que é a remuneração recebida pelo trabalhador por seus trabalhos pessoais. Do lado da oferta da mão de obra, o salário é o preço natural do trabalho e corresponde ao necessário para o trabalhador garantir sua subsistência e procriação. Do lado da demanda, o valor do salário também é influenciado pelos preços dos bens de primeira necessidade, pois eles determinam o poder de compra dos próprios salários e também o lucro das firmas.

A alta nos salários pode ter, então, duas consequências: o aumento da população ou melhoria do seu padrão de vida, dependendo do comportamento da população (MALTHUS, 1996, p. 110). Nesse sentido, a questão salarial estaria muito ligada ao tema da população. Na teoria malthusiana, quando a população passa a

crescer a taxas maiores que o montante de capital, também há uma tendência a redução dos salários para a manutenção das taxas de lucro.

Em virtude da necessidade de controle populacional da Grã-Bretanha no século XIX, Malthus diferencia dois mecanismos principais que auxiliariam nessa questão para evitar o crescimento excessivo da população: mecanismos *preventivos*, que se relacionam a instrumentos legais que evitam diretamente crescimento na taxa de natalidade; e mecanismos *positivos*, voltados a taxa de mortalidade, como guerras e a fome. Tais mecanismos deveriam ser aplicados para solucionar o problema, mas não antes de que certas questões econômicas prejudiciais fossem verificadas, conforme discutido a seguir.

Dada a relação entre salários e população na perspectiva de Malthus, percebe-se que os mecanismos de controle populacional seriam mais eficazes se não houvesse a Lei dos Pobres na Grã-Bretanha. As Leis dos Pobres estavam em voga desde a era Tudor, no século XVI, e visavam à redução da pobreza através de auxílios financeiros dados a trabalhadores de renda baixa (POLANYI *apud* GUIZZO, 2014 nota de rodapé). Segundo os economistas clássicos, a extinção das Leis encerraria com os costumes ruins dos pobres, adquiridos por viverem de auxílios. Segundo Malthus:

As Leis dos Pobres foram instituídas na Inglaterra para remediar a frequente miséria do povo, mas é para se recear que, embora elas possam ter aliviado um pouco a intensidade da miséria individual, provocaram um dano geral numa parcela muito maior. É um assunto frequentemente suscitado em conversas e mencionado sempre como causa de grande admiração que, não obstante a enorme quantia que é anualmente arrecadada para os pobres na Inglaterra, ainda exista tanta miséria no meio deles. (...) o fato de que aproximadamente 3 milhões são coletados anualmente para os pobres e, entretanto, sua miséria ainda não tenha sido eliminada, é um objeto de permanente assombro. (MALTHUS, 1996, p. 268)

Seguindo o argumento de Malthus, era clara a ineficiência das Leis de auxílio financeiro aos pobres a fim de combater a pobreza. Sob sua perspectiva, a Lei rebaixava a condição dos pobres devido a sua necessidade por alimentos e ao desincentivo ao ingresso no mercado de trabalho.

Dessa forma, a solução arquitetada por Malthus para contornar a questão da população e dos salários era – já que não ia contra os próprios princípios liberais manter os salários constantes, pois isso reduziria o poder de compra do trabalhador e consequentemente o lucro das firmas – revogar a Lei dos Pobres, forçando a

entrada da população no mercado do trabalho e permitindo que suas leis de oferta e de demanda fizessem os salários flutuarem livremente, e assim as forças naturais econômicas e populacionais levariam ao controle da população.

É notório que o direcionamento dado pelos economistas políticos clássicos para a questão populacional, analisando os impactos sobre a economia nos âmbitos do mercado de trabalho, salários, lucros e preços demonstram que o fator biológico e a motivação econômica estavam ligados na lógica deste saber.

Dentro da área dos *dispositivos de segurança* estabelecidos no final do século XVIII e através do século XIX, além de todo o aparato discutido na biopolítica que é formado por diferentes saberes, técnicas e políticas, Foucault argumenta também que a sensação de *segurança* está acima da lei na era moderna. Dentre o conjunto de dispositivos de segurança – além da sexualidade, do planejamento urbano e econômico - a segurança, nutrida por uma noção de perigo constante, tomava a realidade como norma ao estabelecer o estudo e controle sobre a população. Ao contrário da lei que estabelecia a relação entre coisas que seriam proibidas ou permitidas, a segurança como aparato social define, na aplicação da biopolítica, que há um padrão médio ótimo no qual a população deveria variar para garantir a noção de segurança da própria população, garantindo seu bem-estar (FOUCAULT, 2008, p. 42).

As soluções propostas por Malthus a respeito do crescimento econômico e a renda dos trabalhadores se enquadram também como dispositivos de segurança, ao tempo que a importância da questão econômica no debate sociopolítico é conquistada, e a eficiência dos mercados passa a ser procurada pelos governos. Desta maneira, estes dispositivos eram exercidos neste ambiente de segurança em que a atividade econômica – pautada em seu princípio de naturalidade, liberdade e eficiência – andava lado a lado com o controle da vida e da população. Nesta dinâmica, a não intervenção do Estado na economia e o autointeresse eram os princípios sociais e morais que garantiam a liberdade e a segurança.

Quando se identifica elementos presentes na obra malthusiana de preocupação com a população e relacionada à economia, associando-os a lógica foucaultiana do nascimento da biopolítica, se faz uma análise *bioeconômica* a partir do pensamento econômico clássico. O pensamento liberal foi crucial para a mudança da percepção da população, agora endógena, para a economia, e forma todo o aparato político gerado ao redor da arte liberal de governar. A economia

política feita por Malthus passou, portanto, a refletir e a propor políticas econômicas que abrangiam a população a partir de seus fatores biológicos, e passou também a atrelar esses fatores biológicos a dinâmica da economia.

A bioeconomia de Malthus é consolidada a partir de uma concepção de Estado atuante na área social, mas restritamente limitado na área econômica. De forma geral, esta visão reúne as propostas de economia política do autor referentes às práticas de Estado e a questão biológica da população. Esta visão de Estado também se encaixa – e esta seção deste artigo visa fazer essa ligação – naquilo que Foucault, ao delinear o nascimento da biopolítica, chamou de “governo frugal”, inaugurado pela arte liberal de governar. (FOUCAULT, 2008, p. 40).

Levando isso em consideração, deve-se ressaltar que a exigência da revogação da Lei dos Pobres por parte de Malthus (e também por Ricardo, visto adiante), em respeito a doutrina liberal, denota a desistência do Estado em ter parte ativa sobre o cuidado de parte da população, especialmente a de baixa-renda.

No entanto, as práticas apontadas pelo economista como corretas para a condução da condição biológica da população passavam a englobar a coletividade como um todo, incluindo esta parcela da população de baixa-renda, que segundo ele era somente prejudicada a partir de políticas equivocadas, quando analisadas sob a razão econômica e também sob uma perspectiva mais ampla que não a do sujeito. Tais ideias influenciaram diretamente para que houvesse o nascimento da biopolítica, representado pelo saber dos economistas políticos clássicos em que se propunha a relação entre Estado, população e economia e se refletia sobre o coletivo e o bem-estar econômico.

Por fim, segundo o pensamento de Foucault (2008, p. 87) é importante também ressaltar que a liberdade econômica defendida por Malthus e seus colegas só pode ser consolidada depois da implementação de um sistema de controles e regras complexos que precisou ser instaurando para garantir a própria liberdade mencionada. Para ele, neste sentido a arte liberal de governar obteve sucesso porque conseguiu instaurar e aprimorar diversos controles nos campos político-sociais, e principalmente sobre a biologia da população.

3.3 DAVID RICARDO: POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS ECONÔMICAS E DELIMITAÇÕES NO DISCURSO

Efetuar uma análise cronológica do conceito da “economia” como uma entidade autônoma vai além do escopo deste artigo, e dificilmente de qualquer artigo sequer individualmente. A história do pensamento econômico coloca David Ricardo como um dos fundadores da disciplina Economia, estando na fase final da economia política clássica – a d’A Tradição Inglesa. Assim, esta seção visa revisar a análise arqueológica e genealógica daquilo que pode ser identificado na obra de Ricardo em termos de demarcações de seu discurso, em que se demonstre as condições de possibilidade para o saber econômico, bem como encontrar de que maneira a obra instrumental deste autor remodelou a governamentabilidade e as relações de poder da era moderna.

Com este objetivo, primeiramente se buscará definir elementos de políticas públicas e econômicas propostas na obra de Ricardo, traçando relação com o nascimento da biopolítica e a opulência do mercado. Posteriormente irá ser analisado o discurso contido na obra de Ricardo propriamente dito, ou seja, demarcando elementos discursivos que juntos permitem a compreensão do surgimento da economia como saber e quais foram suas condições de possibilidade, a partir de uma análise arqueológica. Por fim, deve-se traçar a relação entre o nascimento da biopolítica e as condições de possibilidade que resultaram nesse saber, sob a ótica da obra de Ricardo.

Segundo Blaug (1998, p. 45), a teoria econômica proposta por Ricardo conduziu a classe política e intelectual inglesa a um “debate feroz” acerca dos temas que foram problematizados por ela. Estas questões abrangiam os temas ligados a economia da época, assim como fizeram os outros autores enfatizados neste artigo, mas dava especial atenção i) à questão da renda da terra e outros fatores de produção, como o trabalho (salários); ii) ao comércio exterior, suas vantagens e desvantagens; e iii) à situação fiscal do governo, sua regulação e política de taxaço.

Assim como Malthus, Ricardo se opõe fortemente também a lei dos pobres quando afirma que a política gera efeito opostos ao seu princípio: ela empobrece os ricos ao invés de enriquecer os pobres, piorando a situação de todos no final.

Segundo ele, se essa lei continuasse a vigorar, o montante necessário para manter os pobres cresceria até que fosse responsável por todo o dispêndio do governo além dos seus gastos públicos naturais, sem sequer trazer ganhos ou melhora efetiva na qualidade de vida da população (RICARDO, 1985, p. 85-86).

A necessidade de liberação dos mercados fica clara a partir do surgimento de questões problemáticas levantadas por Ricardo a partir de seu método dedutivo: a teoria da renda da terra, define que a taxa de lucro lograda na pior aplicação de capital à terra regulará a taxa de lucro na agricultura no sistema em geral. Segundo esta lógica, a renda compatibilizaria as diferentes taxas de lucro com a taxa de lucro na pior aplicação possível, ou seja, na terra mais improdutiva. Assim, a medida que há o crescimento populacional, e há escassez de terras, os salários cresceriam à medida que o produto total tenderia a ter um crescimento decrescente, até que eventualmente não haveria mais lucro nenhum (RICARDO, 1985, p. 82), reduzindo o crescimento e levando a um estado estacionário. Nesta linha de pensamento, a renda ocorre na terra justamente por ela ser um ativo não reproduzível. Desta maneira, à medida que há crescimento econômico, dentro da distribuição da riqueza proposta por Ricardo, os salários e a renda cresceriam frente à queda dos lucros, que ao longo do desenvolvimento da economia tenderia a se reduzir cada vez mais. Devido a este problema encontrado pelo economista, para Ricardo, três causas desta relação poderiam contrabalançar a queda da taxa de lucros da terra: i) a queda salário real, ii) melhorias na agricultura, para que se obtenha mais produto líquido, ainda que improvável e iii) importação de alimentos produzidos em condições mais favoráveis (RICARDO, 1985, p. 82-85).

Torna-se claro que nas ponderações feitas por Ricardo acerca da renda terra encontra-se a exaltação do mercado, evidenciando a possibilidade de flutuação dos salários e do comércio exterior como condições preponderantes para que se mantenham favoráveis as condições econômicas para que haja renda, salários e lucros em proporções adequadas. Para Foucault, esta característica presente no texto de Ricardo não demonstra nada mais que o surgimento da soberania do mercado e das liberdades econômicas como guias da nova arte liberal de governar (FOUCAULT, 2008, p. 351).

Dentre as medidas para a condução da economia defendidas por Ricardo, novamente evidencia-se o papel do mercado em relação às coisas biológicas da população. Ele define que o movimento de ajuste dos salários se dá pela interação

entre o preço *natural* do trabalho e o preço do *mercado*, sendo que quando o mercado paga mais do que o preço natural do trabalho, as pessoas têm mais prosperidade e a população tenderá a aumentar. Este aumento populacional aumenta o número de trabalhadores e a oferta de mão de obra, que irá reduzir os salários ao seu preço natural ou abaixo dele, o que causará uma redução da população até que se retorne à situação inicial (RICARDO, 1985, p. 70-72). Qualquer outra medida externa que possa influenciar esta relação irá prejudicar o funcionamento natural do mercado de trabalho.

Para Ricardo, o aumento populacional iria constantemente diminuir os salários a medida que a oferta de mão de obra pressionasse o preço para baixo, a não ser que a acumulação de capital passasse a crescer a uma velocidade maior para prover os aumentos salariais. Como o capital não tem essa capacidade de crescimento, a economia seria levada a um estado estacionário (RICARDO, 1985, p. 72). O aumento dos salários, por este motivo, é explicitamente contraindicado pelo autor:

Essas são as leis (de oferta e demanda de mão de obra) pelas quais se regulam os salários e pelas quais se orienta a propriedade de grande maioria dos membros de toda comunidade. Como todos os demais contratos, os salários deveriam ser deixados à justa e livre concorrência do mercado, e jamais deveriam ser controlados pela interferência da legislação. (RICARDO, 1985, p. 75)

Além da questão salarial abrangida pelo autor, outro posicionamento de Ricardo para que se mantenham taxas de lucro desejáveis é a existência de total liberação do Comércio Exterior por parte do Estado. De fato, os economistas políticos britânicos em suas obras fazem muitas ponderações sobre a normatividade relacionada ao bem-estar da população. Para Ricardo, para que houvesse elevação da riqueza da nação era necessário que o Estado ficasse distante de qualquer regulação sobre a importação de bens primários que não elevassem a taxa de lucro do setor produtivo inglês, como o caso de mercadorias de preço mais baixo como o trigo. A teoria de vantagens comparativas de Ricardo ganhou espaço na literatura econômica e é discutida amplamente em seus termos, sendo o posicionamento de Ricardo com relação a este ponto da sociedade civil da época bem claro:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das

potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. (RICARDO, 1985, p. 97)

Segundo ele, a arrecadação do governo sobre a importação prejudicava a acumulação de capital e o aumento da taxa de lucros a medida que estimulava a produção interna de produtos menos vantajosos, não permitindo a redução dos salários e reduzindo o lucro dos capitalistas. Sua crítica, então, consiste em afirmar que subsídios e impostos modificam a naturalidades das trocas e o valor do dinheiro em si.

A crítica de Ricardo sobre a ação governamental na forma de impostos e taxas sobre o comércio internacional e à produção nacional, para Foucault, representa o caráter não totalizável do mundo econômico que nada mais é do que a indicação por parte dos economistas políticos de que a tecnologia de governo do liberalismo – em sua característica auto limitadora – demonstra a incapacidade do Estado de ter controle sobre a economia e os dados econômicos (FOUCAULT, 2008, p. 386).

O discurso liberal de Ricardo, como um saber, acaba por legitimar o biopoder não só no que se refere a situação biológica da população e seu bem-estar, aumento e diminuição a partir de políticas econômicas liberais. Ele acaba também por delimitar, conforme pontua Foucault, qual a extensão do saber econômico e a qual capacidade de integração da ciência da economia política com o Estado – e sua arte liberal de governar.

Além do nascimento da biopolítica e liberalismo na ótica ricardiana, esta seção busca também revisar arqueologicamente o saber econômico em sua obra, tendo em vista que a economia é o principal saber na arte liberal de governar, e também tendo em vista a importância atribuída ao liberalismo em si nas técnicas de governo. Segundo Foucault (1972, p. 61), a formação de um objeto de conhecimento precisa estar ligada com um objetivo de uma disciplina e uma maneira de limitar seu domínio, onde se defina sobre o que exatamente este conhecimento trata e lhe dar o status de objeto de estudo, podendo nomeá-lo e descrevê-lo. Para fazer tal pesquisa acerca de um saber, deve-se também limitar o domínio daquela ciência para que possa se considerar um determinado discurso como científico. Assim, a tentativa de encontrar um objeto de estudo e limitar o domínio de um objeto

de um saber é chamado de *problema de demarcação*. Em termos foucaultianos, é possível fazer uma série de delimitações discursivas na obra de Ricardo que permitem compreender melhor de que maneira este saber se manifesta no biopoder, a partir de delimitações precisas em suas falas que dão força ao argumento liberal e o permite transitar pelo círculo intelectual e político inglês do século XIX (DIX, 2014).

Antes de entrar na revisão das delimitações no discurso especificamente, enfatiza-se que quando Foucault dedicou nos anos de 1978-79, principalmente, seu curso no *Collège de France* à história do pensamento econômico – demonstrando a emergência da economia ao passo em que se nota uma transformação na razão governamental – ele cita economistas desde a fisiocracia até David Ricardo para pautar suas ideias em relação ao surgimento do liberalismo, relações de poder e o nascimento da biopolítica. Certas características no discurso de Ricardo serão ressaltadas a seguir, conforme já pontuadas e mais extensivamente explanadas por Guus Dix (2014) em um artigo dedicado a tais demarcações discursivas.

Primeiramente, Ricardo buscou definir o *intervalo de tempo* da análise econômica pela distinção do caos do *curto prazo* em que se verifica preços flutuantes e o *longo prazo*, onde pode se verificar mais estabilidade para a análise econômica. O primeiro é influenciado por “causas acidentais” (p. 64), e se trata de efeitos temporários principalmente de variações de preços motivados por moda ou influências externas sobre a oferta e a demanda que alterariam o funcionamento da economia instantaneamente. Ricardo afirma que tais efeitos não têm relação alguma com aquilo que ele consideraria efeitos de mais longo prazo, relacionados a “leis que regulam preços naturais, salários naturais, e lucros naturais” (p. 64). A delimitação dos espaços temporais é objetiva para basear sua análise e predita as próximas duas demarcações discursivas sobre a *necessidade* e a *naturalidade* da economia.

Em segundo lugar, quando busca relacionar a causalidade das relações econômicas de preços, Ricardo delimita que determinadas medidas intervencionistas seriam “contingências” econômicas, como a taxação de bens importados, que eliminam a vantagem comparativa que um determinado país teria em sua produção, e que só levaria a desequilíbrio econômico. Já por outro lado, há certas relações causais que são inevitáveis, determinadas e *necessárias* no processo econômico. Este discurso está presente quando Ricardo fala, por exemplo, que com o aumento nas necessidades básicas da população o preço da mão de obra “*necessariamente* aumenta” (RICARDO, 1985, p. 37). Tal relação é explícita

também na teoria da renda diferencial da terra que foi anteriormente discutida, e a qual, enfatiza-se, denota o liberalismo contido em seu discurso e considerado por Foucault como a principal tecnologia de governo na nova arte liberal de governar (FOUCAULT, 2008, p. 161).

A diferenciação entre contingência econômica e necessidade econômica é estruturada ao ponto de que a primeira não é objeto da ciência econômica que é considerada adequada por Ricardo, ao passo que a segunda demonstra relações que de fato são parte da natureza dos processos econômicos. Ao combinar este conceito com a demarcação temporal citada no parágrafo acima, chega-se à conclusão de que os processos econômicos de longo prazo são determinísticos, inevitáveis e *naturais*, e podem ser analisados independentemente das flutuações de mercado de curto prazo, causadas por itens meramente acidentais, contingentes e *artificiais*.

Concluindo as demarcações discursivas do texto de Ricardo aqui ressaltadas, de forma alternativa à história do pensamento econômico tradicional, outra demarcação discursiva notória em Ricardo está relacionada ao *conflito sócio-político e econômico*. Parte do texto de Ricardo cita uma “harmonia de interesses” (p. 272), e coloca ênfase especial nos conflitos como sendo parte essencial da sociedade, separando explicitamente as classes sociais e seus diferentes interesses. Um exemplo desta demarcação é que segundo Ricardo, a observação feita pela classe dos trabalhadores de que a substituição da mão de obra por máquinas é prejudicial para os seus interesses está correta de acordo com os princípios da economia política, seguindo a regra econômica de que os capitalistas, à medida que buscam ganhos de capital e redução dos salários para aumento dos lucros, teriam redução nos custos com mão de obra ou redução nos salários a medida que este se tornasse mais abundante. É um movimento natural da economia, e, portanto, os trabalhadores estão certos em acreditar que estão sendo prejudicados. Esta última demarcação no discurso de Ricardo tem o objetivo de pontuar que os conflitos de interesses sócio-políticos são fundamentais para as relações econômicas a partir das regras necessárias para o crescimento, e que seriam necessários no estudo da economia política, em detrimento daqueles que estão mais ligados a efeitos artificiais da economia, como movimentos trabalhistas e leis de distribuição de renda que prejudicam a livre flutuação dos preços no mercado de trabalho. A separação da economia em classes estáveis de trabalhadores e

capitalistas, necessárias para a evolução do processo econômico no longo prazo permite que Ricardo se distancie de questões complexas e normativas acerca de processos sociais e históricos da formação dessas classes e dá uma noção de estabilidade que não ameaça a ordem social e política vigente na época. Tal facilidade proporcionada por esta delimitação permite a formação da economia como um objeto de conhecimento de maneira menos ameaçadora e mais robusta para a construção de um arcabouço científico para sustentação do saber liberal.

As delimitações discursivas apresentadas por Guus Dix levam a um ponto fundamental na visão de Ricardo, conforme mencionado por Foucault naquilo que ele entende como a relação dos Governos com a gestão da situação econômica da nação: o Estado não é parte integrante da economia, é uma entidade externa que artificialmente intervém em um domínio natural e que possui claramente suas próprias regras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar de forma crítica os escritos de Michel Foucault no que tange à extensão da influência da economia política clássica no liberalismo econômico e político. Segundo a lógica de Foucault, as ideias desenvolvidas pelo conjunto de economistas que compõem a Escola Clássica foram responsáveis pela instauração de um conjunto de técnicas e procedimentos do Estado com relação à população, chegando ao nascimento da biopolítica. Para tanto, buscou-se inferir que as propostas e teorias deixadas por Smith, Malthus e Ricardo trouxeram mais do que apenas uma reflexão sobre como a realidade econômica deveria ser conduzida: eles propuseram de fato medidas práticas e políticas de Estado, em forma de dispositivos de segurança, visando um planejamento econômico a fim de melhorar a realidade na qual a população estava inserida.

No caso das reflexões smithianas, os argumentos de Foucault (2008, p. 31) se mostram pertinentes ao estudo da história do pensamento econômico, ao mostrar como a filosofia moral e a questão do autointeresse – defendidas por Smith – letraram a maneira como o governo deve se portar diante da opulência do mercado, sempre de forma simples e limitada, respeitando as liberdades determinadas por esta instituição. Verificou-se que a racionalização da produção e da divisão do trabalho, feita por Smith, modificou as relações de poder, uma vez que este assume a forma de “poder produtivo”, ou biopoder, isto motivado pela doutrina liberal e culminando naquilo que é central na obra de Smith, que, segundo Foucault, é o engrandecimento do mercado, e a sua transformação em local de “verificação”.

Em particular, as ideias de Malthus com relação à população e suas críticas às Leis dos Pobres deram luz à *bioeconomia*, tema tratado na seção 2.2, que representa a incitação a um conjunto de medidas que propunham um Estado atuante nas questões populacionais, e minimizado em relação à economia. Esta liberdade proposta por Malthus leva à conclusão de que, paradoxalmente, para garantir as liberdades dos indivíduos e a livre atuação do mercado, deveria se instaurar um complexo sistema de controles sociais e sobre a biologia da população. Este sistema, Foucault conclui, foi bem sucedidamente instaurado na sociedade moderna.

Por fim, a análise de Foucault sobre a ciência econômica é principalmente direcionada ao significado que ela possui sobre a história da governamentalidade a partir da emergência dos governos liberais nos séculos XVIII e XIX. David Ricardo desempenha papel fundamental no fortalecimento teórico e empírico que dá sustentação aos argumentos econômicos liberais que passaram a ser adotados. As políticas derivadas de tais pensamentos revelam novamente a exaltação ao mercado, e evidencia a necessidade de intervenção mínima do Estado, outrora soberano, sobre as relações de troca de sua população. Nesta linha, Foucault defende que o mercado passou a ser o local de verificação da eficiência das políticas públicas, mas não elucidou extensivamente a respeito de como esse julgamento se daria. Assim, na segunda parte da seção 2.3, demonstrou-se, no entanto, que através das delimitações no discurso de David Ricardo, é possível verificar a noção de naturalidade e autonomia dos mercados – que é uma constante na economia política clássica –, e conectar essa noção à transformação das formas de governo que Foucault analisa na ciência política. Demonstra-se assim que a análise foucaultiana da economia pode ser ainda mais ampla do que a análise das políticas públicas e a noção do biopoder. Ela pode ser estendida para a pesquisa do desenvolvimento que levou às demarcações disciplinares da ciência econômica ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAUG, M. *Economic Theory in Retrospect*. New York: Cambridge University Press, 1998.
- BREWER, A. Pre-Classical Economics in Britain. In: Samuels, W.J.; Biddle, J.E.; Davis, J.B. *A Companion to the History of Economic Thought*. Oxford: Blackwell Publishing, 2009.
- DIX, G. Ricardo's discursive demarcations: a Foucauldian study of the formation of economy as an object of knowledge. *Rotterdam: Erasmus Journal for Philosophy and Economics*, Volume 7, Issue 2, 2014 p. 1-29.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: A Vontade do Saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, M. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *The Archaeology of knowledge*. New York: Pantheon Books, 1972.
- GUIZZO, D. *A Genealogia Foucaultiana da Economia Política Clássica*. Curitiba: Dissertação de mestrado – UFPR, 2014.
- LIMA, I. V. *Foucault's archaeology of political economy*. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- MALTHUS, T. *Ensaio Sobre a População*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MOKYR, J. *The Enlightened Economy: Britain and the Industrial Revolution: 1700-1850*. New York: Penguin Books, 2009.
- RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- VINER, J. *Essays on the Intellectual History of Economics*. New Jersey: Princeton University Press, 1991.